

Artigo - Tarifa zero já!

artigo

Tarifa zero já!

Entra ano, sai ano e a dinâmica nos municípios brasileiros segue a mesma: aumento da tarifa do transporte. Em Santo André, a partir de 6 janeiro, a tarifa comum dos ônibus passará dos atuais R\$ 5,70 para R\$ 5,90, enquanto o valor do vale-transporte será reajustado para expressivos R\$ 7,25. O aumento levanta importantes questões sobre a estrutura tarifária e o impacto em diferentes setores da sociedade.

A tarifa comum representa um desafio aos que dependem do transporte público diariamente. Com o aumento para R\$ 5,90, uma pessoa que utilize o sistema para ir e voltar do trabalho 5 vezes por semana gastará mensalmente cerca de 15,5% do salário mínimo de R\$ 1.518, previsto para 2025.

Para as empresas, o aumento do vale-transporte significa custos adicionais substanciais. O sistema atual transfere boa parte do financiamento do transporte público à iniciativa priva-

da, em um arranjo que penaliza os pequenos e médios, além de desestimular a contratação formal. Trata-se de um modelo que merece revisão, pois os custos indiretos dessa política podem acabar recaindo sobre os próprios trabalhadores, seja na forma de piores benefícios ou restrição de oportunidades de emprego.

O transporte público urbano é fundamental para garantir o direito à cidade e que todos nós tenhamos acesso aos serviços e locais essenciais nas cidades como escolas, postos de saúde, hospitais, parques, e outros pontos vitais da cidade só se tomam verdadeiramente acessíveis à medida que o custo de deslocamento for eliminado. Por isso, propomos a implementação da tarifa zero como instrumento de inclusão, acessibilidade e sustentabilidade. Ao garantir a gratuidade no transporte público, como são os serviços de saúde ou educação, rompemos com a lógica de exclusão que restringe o acesso a

determinados serviços urbanos a uma parcela da população.

O grande entrave para implementação da tarifa zero na cidade é a vontade política, muito mais do que o financiamento. Experiências bem-sucedidas, como a de São Caetano, Caucaia no Ceará e outras 115 cidades do Brasil indicam que é possível remodelar o sistema sem prejudicar a situação orçamentária e financeira da cidade para os próximos anos.

Faltou coragem à Santo André nos últimos oito anos para inovar e priorizar um futuro sustentável em detrimento de obras faraônicas para o transporte individual. A partir de 2025, nosso mandato na Câmara estará dedicado a apresentar à cidade uma proposta concreta e responsável de reformulação do transporte coletivo com gratuidade.

Clóvis Girardi é planejador territorial e vereador de Santo André pelo PT.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Opinião **Página:** 2